



II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina

Relatório Intercalar de Execução

2012

Lisboa

Março de 2013

Índice

I – Nota Introdutória	3
II – Nota metodológica	5
III – Análise da informação recolhida	
A) Medida 1- Sensibilizar e Prevenir	6
B) Medida 2- Apoiar e Integrar	19
C) Medida 3- Formar	23
D) Medida 4 – Conhecer e Investigar	29
E) Medida 5 – Advogar	31
IV - Conclusões	35
Anexos	37

I - Nota introdutória

Em 6 Fevereiro de 2009, Portugal assumiu formalmente um compromisso político específico relativamente à eliminação da Mutilação Genital Feminina. O I Programa de Ação para a Eliminação da MGF, inscrito no III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010), surgiu com o objetivo de promover os Direitos Humanos, o direito à saúde, o direito à integridade física, à não sujeição a nenhuma forma de tortura ou tratamento cruel, sob o imperativo do combate à violência de género e da concretização de uma plena igualdade.

A execução deste programa esteve a cargo do *Grupo Intersectorial sobre MGF* constituído por representantes de vários organismos da *Administração Pública*: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD – atualmente Camões-Instituto da Cooperação e da Língua), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC – atualmente DGE, Direção-Geral da Educação), *Organizações Intergovernamentais*: Organização Internacional para as Migrações (OIM), e *Organizações Não Governamentais*: Associação para o Planeamento da Família (APF), União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e Associação Uallado Folai.

O II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, integrado no IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013), teve apresentação pública no dia 8 de Fevereiro de 2011, em Sessão Evocativa do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. A sua coordenação pertence à CIG.

O II Programa de Ação para a Eliminação da MGF mantém, no essencial, as principais linhas de ação do antecessor, prevendo-se um reforço na intervenção em algumas medidas, que se revelam estruturais para o desafio da

erradicação da mutilação genital. Introduziram-se alguns ajustamentos no Programa e incluíram-se no Grupo de Trabalho Intersectorial os Ministérios da Administração Interna (MAI) e da Justiça (DGPJ – Direção-Geral da Polícia Judiciária e EPJ – Escola da Polícia Judiciária), bem como a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, parceiros fundamentais na prossecução de alguns objetivos plasmados no PAEMGF. Em 2012, também a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco passou a participar nas reuniões do Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF.

No período correspondente à nova legislatura, em 2011, estabeleceram-se para o grupo de trabalho intersectorial novas orientações.

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade promoveu uma reflexão crítica junto do Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF sobre os resultados alcançados pelo I Programa de Ação e pelo II Programa de Ação até ao início da atual legislatura, tendo manifestado a necessidade de se introduzir uma nova dinâmica no *modus operandi* do Grupo de Trabalho Intersectorial e nas intervenções que lhe estão atribuídas.

Estabeleceram-se pois novas linhas de orientação que se traduzem em novos *inputs* ao Programa de Ação, que vieram a ser visíveis sobretudo a partir do início de 2012, como sejam, um maior direcionamento de ações para as comunidades em risco, envolvendo as associações de imigrantes, bem como uma implicação mais efetiva dos profissionais de saúde e dos órgãos de polícia criminal no combate à MGF, com expressão na publicação de linhas orientadoras de atuação para esses profissionais, designadamente, pela Direção Geral de Saúde e pela Escola da Polícia Judiciária, respetivamente.

II – Nota metodológica

A recolha de informação efetuada com o objetivo de produzir o presente balanço, relativo à execução do PAEMGF em 2012, consistiu na análise dos dados disponibilizados pelas várias entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela sua implementação, às quais se solicitou o preenchimento de um instrumento de monitorização concebido para o efeito.

Para além dos indicadores que constam da própria grelha de Medidas e Atividades do II PAEMGF, solicitaram-se informações complementares que permitissem a melhor compreensão das intervenções ocorridas no ano em apreço, designadamente a indicação das entidades colaborantes nas ações, os públicos-alvo, o ponto de situação, os objetivos, os resultados alcançados e os impactos.

Importa referir que, na esmagadora maioria dos casos, as entidades não completaram o preenchimento do referido instrumento, com toda a informação solicitada.

Apresenta-se seguidamente, de uma forma sucinta, a descrição das principais ações promovidas e reportadas pelas diferentes entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial, responsável pela implementação do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina.

III – Análise da informação recolhida

A) MEDIDA 1- SENSIBILIZAR E PREVENIR

Esta medida concretiza-se em 9 atividades. Durante o período em apreço, todas tiveram execução.

Atividade 1

Promover debates para discussão e organização de estratégias de trabalho com comunidades, incluído a promoção de espaços pedagógicos onde se poderão abordar os seguintes temas: Direitos Humanos; Cidadania e Igualdade de Género; Saúde Sexual e Reprodutiva; Violência de Género; Boas práticas na eliminação da MGF.

Esta atividade conheceu múltiplas concretizações, tendo ocorrido diversas ações de sensibilização e discussão sobre a problemática da MGF, que mobilizaram as entidades que integram o grupo de trabalho, por sua iniciativa ou a convite de entidades externas. Destacam-se as seguintes:

A CIG e o ACIDI desenvolveram um trabalho de sensibilização das associações de imigrantes, em particular, de informação e capacitação das mesmas para obtenção de apoios financeiros disponíveis (CIG/POPH E ACIDI/APOIOS PONTUAIS), com vista a desenvolver projetos sobre MGF. Nesse sentido, realizaram-se várias sessões de esclarecimento, com particular incidência nos meses de Junho e Julho de 2012, num total de reuniões com 18 associações de imigrantes (Vide calendário de reuniões em Anexo). Estas iniciativas traduziram-se em 11 candidaturas ao POPH – Programa Operacional Potencial Humano (Tipologia 7.7 – Projetos de Intervenção no Combate à Violência de género). Foram também estas entidades informadas de que poderiam desenvolver projetos no âmbito da tipologia 7.3. (Apoio Técnico-Financeiro às Organizações Não-Governamentais), não tendo aqui

sido apresentado qualquer projeto que visasse especificamente o combate à MGF.

O ACIDI contemplou, no seu Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante para 2012 (PAAI 2012), dois eixos de financiamento que, não sendo específicos para a MGF, permitiam o apoio a iniciativas/projetos das Associações de Imigrantes nesta área. Em 2012, não houve pedidos por parte das associações de imigrantes para projetos/atividades nesta área.

O ACIDI realizou ainda uma reunião com o Conselheiro da Comunidade Guineense no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), no dia 27 de Janeiro de 2012, para delinear uma estratégia de intervenção, envolvendo as comunidades. O grupo presente manifestou interesse em criar uma associação que tivesse como objeto a promoção dos direitos humanos e igualdade de género.

O ACIDI levou a cabo uma Apresentação/Audição sobre MGF, no dia 17 de Dezembro de 2012, no âmbito do Grupo de Trabalho “Práticas culturais que podem configurar ofensas aos direitos das crianças”, da CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

A CIG organizou, nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2012, a Conferência Internacional “ Combate a todas as formas de violência”. Na referida conferência, ocorreu um Workshop destinado à problemática da MGF. A conferência contou com a presença de 69 pessoas, entre as quais representantes de associações de imigrantes.

A UMAR reportou inúmeras iniciativas que concorrem para o cumprimento desta Medida/Atividade. Destacam-se as seguintes:

- Oficina de trabalho “Corte dos Genitais Femininos – Direitos Humanos e Saúde”, a 11 de Junho de 2012, na sede nacional da UMAR/Centro de Cultura e Intervenção Feminista (Lisboa), dinamizada por representante da APF. Esta iniciativa contou com 21 Formandos/as, designadamente, profissionais de

Saúde, Educação e representantes de ONG. Nestas oficinas, foram distribuídos vários materiais sobre MGF, produzidos pelo Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF. Na sequência desta iniciativa, foi solicitada uma outra sobre os aspetos jurídicos da MGF, que viria a ter lugar em Janeiro de 2013, havendo já no final de 2012 inscritas para a sua frequência 14 pessoas;

- 2 Sessões intituladas “Mulheres e Migrações”, a 1 e 2 de Março de 2012, na Escola Secundária António Inácio da Cruz (Grândola), abrangendo duas turmas do 8º ano (29 Jovens - 10 rapazes e 19 raparigas), no âmbito do projeto BIIG – Biblioteca Itinerante pela Igualdade de Género. A carrinha itinerante do projeto percorreu a zona de Grândola de 27 Fevereiro a 3 Março, exibindo dois cartazes “Diga Não à Excisão”. No interior da mesma, constavam ainda diversos materiais dedicados à MGF, tendo sido visitada por cerca de 100 pessoas;

- Sessão “Mutilação Genital Feminina”, a 29 de Maio de 2012, na Escola Josefa de Óbidos (Lisboa), no âmbito do projeto BIIG - Bibliotecas Itinerantes pela Igualdade de Género. Esta sessão contou com a presença de 7 Jovens (2 rapazes e 5 raparigas). Foram distribuídos vários materiais sobre MGF, produzidos pelo Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF;

- Sessão “Mutilação Genital Feminina”, a 10 de Maio de 2012, nas instalações do projeto AGIR (Programa Escolhas na Quinta do Chegadinho/Feijó/Almada), dinamizada por representante do projeto DJINOPI¹ (projeto de luta contra a MGF na Guiné-Bissau), no âmbito do projeto “Corta a Rede. Sensibilizar e Prevenir contra o Tráfico de Seres Humanos” (promovido pela UMAR). Na sessão, distribuíram-se folhetos e 1 cartaz “Diga não à Excisão”. Esta sessão contou com a presença de 10 formandas, com idades compreendidas entre os 20-55 anos, oriundas de vários países (Nicarágua, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Espanha). Há intenção de realizar em 2013 outra sessão, destinada a outras mulheres residentes na mesma área geográfica.

¹ Djintis nô pintcha, que em português significa "Pessoal, vamos em frente".

A APF reportou também debates para discussão e organização de estratégias de trabalho com comunidades, destacando-se as seguintes:

- Evento “Vozes e Rostos – a Arte pelo Fim da Mutilação Genital Feminina”, organizado no âmbito da Campanha Europeia END FGM, em parceria com a Amnistia Internacional Portugal, a 23 de Abril de 2012, e que contou com 101 participantes;

- Palestra na Universidade de Letras de Lisboa sobre MGF, organizada em parceria com o núcleo "Letras Fora do Armário" da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Amnistia Internacional Portugal, a Presidente do Comité para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e Criança da Guiné Bissau, a 4 de Maio de 2012, com a presença de 27 pessoas.

Em ambos os eventos, foram distribuídos vários materiais sobre MGF produzidos pelo Grupo de Trabalho Intersectorial, e outros.

A APF dinamizou ainda uma sessão de informação sobre Saúde Sexual Reprodutiva e Direitos Humanos, onde abordou o tema das práticas tradicionais nefastas, em particular, a MGF, junto das 18 candidatas a Miss CPLP – 2012.

Inscreve-se ainda nesta atividade uma reunião multidisciplinar realizada no bairro da Adroana, dinamizada pela DGS e APF, tendo como objetivo capacitar diversos profissionais de intervenção local para a intervenção em comunidades de imigrantes. Esta iniciativa surgiu na sequência de relatos, por parte da comunidade, de uma situação de risco.

A DGE promoveu uma sessão/debate com as comunidades do Vale de Amoreira e Baixa da Banheira, áreas com elevada concentração de população imigrante proveniente de países onde a MGF se pratica. Esta iniciativa mobilizou representantes das várias instituições locais e teve como objetivo o estabelecimento de um plano de ação local. Nessa circunstância, foram

distribuídos às escolas locais, materiais sobre MGF produzidos pelo Grupo de Trabalho Intersectorial.

Atividade 2

Apoiar as associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF/C, casamentos forçados e crimes de honra.

Para o cumprimento desta Medida/Atividade, concorrem muito diretamente as ações de sensibilização supracitadas, promovidas pela CIG e ACIDI junto das associações de imigrantes, no sentido de as informar e capacitar para a obtenção de apoios técnicos e financeiros disponíveis (CIG/POPH E ACIDI/APOIOS PONTUAIS).

Como atrás referido, com este propósito, o ACIDI contemplou, no seu Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante para 2012 (PAAI 2012), dois eixos de financiamento que, não sendo específicos para a MGF, permitiam o apoio a iniciativas/projetos das Associações de Imigrantes na área da MGF.

Para sensibilizar/motivar as associações a apresentarem projetos nesta área, a MGF foi integrada de forma específica no Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante para 2013 (PAAI 2013), designadamente, no Eixo 3-Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito. Na sequência deste facto, realizou ainda uma sessão de apresentação do II PAEMGF e de divulgação do Prémio Contra a MGF, no dia 19 de Outubro, no CNAI, para as Associações de Imigrantes. Na sequência dessa sessão, uma associação fez um pedido de apoio para 2013.

O ACIDI criou um endereço eletrónico (mgf@acidi.gov.pt) para pedidos de material informativo (folhetos e cartazes) pelas Associações de Imigrantes, bem como para marcação de reuniões para todas as que manifestem interesse em trabalhar a temática. Esse apoio técnico é dado em permanência pelo Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI).

Ainda com vista a implicar as associações de imigrantes, a CIG criou o prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”. Trata-se de um Prémio destinado a apoiar associações de imigrantes no desenvolvimento de projetos sobre MGF. Visa implicar associações que, por motivos vários, demonstram dificuldades em obter financiamento através dos programas existentes (designadamente POPH), mas que se demonstram eficazes na intervenção junto das comunidades; O Júri constituiu-se com representantes da CIG (presidência do júri), da DGS e ACIDI. A entrega do Prémio veio a ocorrer em cerimónia pública, no dia 20 de Dezembro nas instalações da CIG.

Vieram a ser premiadas as associações “Balodiren” e “Morabeza de Cooperação e Desenvolvimento”. Estas associações desenvolvem, em 2013, projetos especificamente dirigidos às comunidades em risco. O projeto promovido pela Associação Balodiren tem como título “Prevenção e Luta Contra a MGF” e prevê uma intervenção no concelho da Amadora, território com elevada concentração de população proveniente de países onde a MGF se pratica, em particular de população imigrante guineense, envolvendo determinados interlocutores privilegiados na intervenção local, tais como líderes religiosos, técnicos de ação social, docentes e profissionais de saúde.

O outro projeto premiado tem por título “Cantar contra a Indiferença – Campanha contra a MGF/C” e é promovido pela Morabeza – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento. Consiste no desenvolvimento de uma campanha nacional contra a MGF (cuja sessão de lançamento teve lugar no dia 9 de Fevereiro no Palácio Foz), fundamentalmente centrada em torno de um tema musical produzido por uma jornalista da RDP África. Este tema foi produzido com o apoio da Amnistia Internacional - Portugal e da Associação para o Planeamento da Família (APF), tendo ainda sido associado à Campanha Mundial pelo Fim da Mutilação Genital Feminina e à Campanha “With (he)art against FGM”.

Este tipo de abordagem permite obter impacto não apenas em Portugal mas também nos países onde a MGF se pratica, o que constitui uma mais-valia do ponto de vista da intervenção contra a MGF.

Este projeto prevê um trabalho de parceria com interlocutores-chave, tais como a Embaixada da Guiné-Bissau, o Consulado do Senegal, a CPLP, APF, IAC, RTP, RDP ÁFRICA e CML.

Para o cumprimento desta Atividade, concorre ainda a supracitada (Medida 1/Atividade 1) sessão/debate com as comunidades do Vale de Amoreira e Baixa da Banheira, áreas com grande concentração de população imigrante proveniente de países onde a MGF se pratica, dinamizada pela DGE. Entre as várias instituições locais presentes, fizeram-se representar associações de imigrantes com intervenção naquelas áreas geográficas.

Atividade 3

Elaborar material IEC (Informação, Educação e Comunicação)

No dia 6 de Fevereiro de 2012, Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF, a CIG apresentou 2 novos materiais de informação e sensibilização sobre MGF, 1 folheto e um cartaz intitulados “Diga não à Excisão”. Estes materiais foram produzidos pela CIG em colaboração com todo o Grupo de Trabalho Intersectorial. Este cartaz alerta para as implicações que esta prática tem para a saúde de meninas, raparigas e mulheres e informa sobre as linhas telefónicas de apoio disponíveis. Procedeu-se ainda à edição de um folheto sobre MGF. Fortemente inspirado no folheto produzido no âmbito do I Programa de Ação, esta nova versão é sobretudo vocacionada para o público em geral e as comunidades em risco, em particular.

As várias entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial têm vindo a disseminar estes produtos, com particular incidência nas áreas geográficas com maior concentração de comunidades onde a prática da MGF poderá ocorrer e junto de organizações-chave, como sejam equipamentos de saúde, esquadras (PSP e GNR), centros locais de apoio ao imigrante, escolas, centros de formação profissional, etc. Foi prioritária a sua distribuição por todos os equipamentos de saúde existentes nas ditas áreas geográficas de risco. Todas as entidades que constituem o Grupo de Trabalho Intersectorial procederam à

disseminação dos materiais pelos seus canais próprios e junto de interlocutores privilegiados no contato e comunicação com as comunidades. Estes materiais obtiveram uma boa receptividade e esgotaram em menos de 1 ano (2000 cartazes e 20.000 folhetos), tendo-se iniciado os procedimentos necessários à sua reimpressão.

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua iniciou a preparação de uma proposta de folheto destinado à Guiné-Bissau, elaborado a partir do folheto “nacional”, com a colaboração da Presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau. Será editado pela CIG, em 2013. Na medida em que este material se apresenta redigido em crioulo, será igualmente disseminado em Portugal, em alguns contextos, tendo em vista quem não domina a língua portuguesa.

A EPJ procedeu à elaboração de um “Guia de Procedimentos para Órgãos de Polícia Criminal”, dirigido a OPC, Magistrados/as e ONG. Este guia foi lançado no dia 28 de Maio de 2012, por ocasião de evento específico de carácter formativo, promovido pelo Ministério da Justiça/Escola da Polícia Judiciária, dirigido àqueles profissionais (“Conferência sobre Mutilação Genital Feminina”). Este Manual (também disponível em PDF no site da PJ) tem como objetivo dotar as forças de segurança e outros intervenientes no sistema de justiça das competências necessárias para identificar, prevenir e punir a prática da MGF.

A Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina nº 005/2012, 06/02/2012 elaborada pela DGS e que consiste num conjunto de orientações à prática dos profissionais de saúde sobre esta matéria, constitui igualmente um importante recurso informativo e formativo.

Algumas das entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF elaboraram materiais próprios. Destaque-se, por exemplo, o Postal “Sozinhas não conseguem evitar a mutilação do seu corpo... E você? Fica Indiferente?”, produzido pela APF (em parceria com a AI-Portugal e IPAD, com apoio do UNFPA e END FGM Campaign), e que tem vindo a ser distribuído no circuito *postal free* (parceria APF, AI-Portugal e IPAD, com apoio do UNFPA e

END FGM Campaign). A APF produziu ainda vídeos sobre a temática da MGF, dirigidos a decisores técnicos e políticos, assim como ao público em geral.

A UMAR incluiu o tema da MGF na Agenda Feminista da UMAR 2012.

A CIG dedicou uma edição do periódico Notícias (nº 86) à problemática da MGF. Esta revista contém um dossier temático sobre MGF, com artigos vários que abordam o tema sobre diversas perspetivas (género, saúde, aspetos jurídicos etc.). A CIG produziu ainda um artigo sobre MGF para a revista CAIS, nº 177, de Outubro de 2012.

Atividade 4

Disseminação da publicação Eliminação da Mutilação Genital Feminina: Declaração Conjunta, OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS, e do folheto sobre a MGF.

Como referido na Atividade anterior, todas as entidades que integram o grupo de trabalho prosseguiram efetivamente a disseminação do folheto, com particular incidência nas áreas geográficas com maior concentração de comunidades onde a prática da MGF poderá ocorrer e junto de organizações-chave, como sejam equipamentos de saúde, esquadras (PSP e GNR), centros locais de apoio ao imigrante, escolas, centros de formação profissional, etc. Foi prioritária a sua distribuição por todos os equipamentos de saúde existentes nas ditas áreas geográficas de risco. Todas as entidades que constituem o Grupo de Trabalho Intersectorial procederam à disseminação dos materiais pelos seus canais próprios e junto de interlocutores privilegiados no contato e comunicação com as comunidades.

Todas as entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF ficaram de reportar a contabilização da respetiva distribuição por tipo de destinatários. Esse registo está em curso. Tendo o folheto como destinatários principais os equipamentos de saúde, importa destacar o reporte da DGS que indica a distribuição de 3 700 folhetos pelas ARS, tendo sido prioritária e

reforçada a sua distribuição por todos os equipamentos de saúde existentes nas áreas geográficas de risco.

No que se refere à publicação *Eliminação da Mutilação Genital Feminina: Declaração Conjunta, OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS*, editada pela APF, embora se encontre esgotada em suporte papel, está no entanto disponível *online* nas páginas *web* de todas as entidades que constituem o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF.

A grande maioria das entidades tem vindo a criar, nas respetivas páginas *Web*, uma área específica subordinada ao tema, onde poderão ser observados e descarregados alguns materiais, documentos e publicações existentes sobre esta matéria. Em 2012, o MAI seguiu também este procedimento, criando no *site* da DGAI e na *Intranet* MAI uma página temática sobre MGF, em qualquer uma das quais se divulgam textos e informação nacional e em língua estrangeira sobre o fenómeno e sua prevenção, que venham a ser úteis aos organismos e serviços do MAI. O ACIDI disponibilizou também um espaço *online* com as mesmas características, sendo possível através deste solicitar qualquer tipo de apoio.

Atividade 5

Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de trabalhos escolares e formativos sobre práticas tradicionais nocivas-MGF/C no âmbito da Educação para a Saúde, Educação para a Cidadania e Educação para o Desenvolvimento.

No cumprimento desta Atividade, a UMAR promoveu a realização de trabalhos sobre MGF com alunos e alunas do 10º ano de Filosofia da Escola Secundária Daniel Sampaio (Sobreda/Almada), sob a coordenação do docente da cadeira. Esta iniciativa envolveu 16 alunos e alunas, que se dividiram em quatro grupos, produzindo quatro trabalhos.

O IEFP iniciou, em finais de 2012, os procedimentos necessários para que o Departamento de Formação Profissional dos Serviços Centrais do IEFP disponibilize informação e recursos técnico-pedagógicos sobre MGF *online*, na área de Formação do Portal do IEFP. Esta área destina-se especificamente aos profissionais de formação.

Atividade 6

Sensibilizar docentes do ensino universitário para a importância da inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas nos currícula académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.

A DGS e a APF desenvolveram trabalho de apoio à Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias (ESEFM) para a realização e implementação de uma pós graduação em MGF (cerca de 73 horas), com o objetivo de vir a ser implementado em Abril de 2012. Não tendo sido possível efetivá-la por falta de inscrições, foram envidados esforços no sentido de esta vir a concretizar-se em 2013, na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, em moldes semelhantes. Encontra-se em preparação.

Atividade 7

Fomentar a existência de campanhas que promovam os Direitos Sexuais e Reprodutivos no quadro dos Direitos Humanos.

7.1 -Criar um micro-site sobre MGF /C no Portal da CIG para divulgação de campanhas e de iniciativas nacionais e internacionais.

A CIG criou uma área específica sobre MGF no seu *site*, com documentação (materiais e publicações), bem como links relevantes. O mesmo procedimento foi seguido no Portal da Igualdade.

Atividade 8

Promover debates e espaços de divulgação nos meios de comunicação social para reflexão sobre a realidade da MGF/C e sua relação com a saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, a educação e o desenvolvimento e os Direitos Humanos.

A DGS divulgou informação nos meios de comunicação social, por ocasião do evento realizado no dia 6 de Fevereiro de 2012, no Hospital Garcia de Orta, em Almada, com vista a assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. O evento teve como principal objetivo abordar a problemática da MGF sob o ponto de vista da saúde e dirigiu-se fundamentalmente aos seus profissionais, designadamente médicos/as e enfermeiros/as. Nele foram apresentados, para além do cartaz e do folheto “Diga não à Excisão”, a *Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina nº 005/2012, 06/02/2012*, elaborada pela DGS e que consiste num conjunto de orientações à prática dos profissionais de saúde sobre esta matéria.

Sobre esta Orientação, a DGS produziu uma informação dirigida aos órgãos de comunicação social. Tem respondido ainda, sempre que necessário, às solicitações da comunicação social para entrevistas sobre este tema.

A representante da DGS deu ainda 3 entrevistas em 2 noticiários de 2 canais de televisão. O supracitado artigo elaborado pela CIG sobre MGF para a revista CAIS inscreve-se também nesta Atividade. Também a representante do ACIDI deu uma entrevista a um programa televisivo, sobre este tema.

Atividade 9

Promover a criação de uma rede de trabalho que envolva estudantes de países onde a MGF/C existe, temporariamente residentes em Portugal.

Com o objetivo de se criar uma rede de trabalho que envolva estudantes de países onde a MGF existe, temporariamente residentes em Portugal, desenvolveram-se contatos com vista à realização de uma reunião com associações de estudantes do ensino superior. Esta iniciativa veio a ocorrer no

início de Outubro, na Faculdade de Direito de Lisboa, com a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa.

Esse propósito veio a concretizar-se no dia 20 de Dezembro de 2012, com a assinatura de protocolo entre a CIG e a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa, em cerimónia pública, nas instalações da CIG.

Por intervenção da DGE, um agrupamento de escolas, propôs-se organizar uma rede de estudantes para debate e divulgação da temática.

B) MEDIDA 2- APOIAR E INTEGRAR

Esta medida conta com um total de 5 atividades e durante o período em apreço todas conheceram realizações.

Atividade 1

Promover o aumento da literacia e escolaridade das mulheres e jovens imigrantes pertencentes a comunidades onde se pratica a MGF.

A UMAR realizou sessões com mulheres integradas em casa de abrigo, com vista ao aumento da literacia e à promoção da memória/história oral, com enfoque na situação de vida nos países de origem e no fortalecimento da coesão de grupo. Nestas sessões, discutiram-se temas relacionados com a igualdade de género, tendo como objetivos aumentar a cultura geral e a literacia, potenciar um maior auto e hetero-conhecimento, um maior (auto-) conhecimento sobre discriminações de género, o empoderamento das mulheres e melhorar a resolução de conflitos. Participaram 12 mulheres oriundas de vários países, incluindo países onde se pratica a MGF. Esta atividade deverá ter continuidade em 2013.

O ACIDI promoveu o Programa Portugal para Todos (PPT). Nele se disponibilizaram cursos de português, gratuitos, para imigrantes e a dois níveis: nível A2, para os que não falam português, e, para quem já fala português e o quer aprofundar, os cursos de português técnico certificado, que permitem um melhor acesso e integração no mercado de trabalho, nas áreas do comércio, hotelaria, cuidados de beleza, construção civil e engenharia civil. Os dados relativos ao número de participantes, provenientes de países onde a MGF se pratica, não se encontram ainda contabilizados. Importará destacar que, em 2011, participaram neste Programa 88 mulheres com essa proveniência (dado

ainda não disponível aquando a produção do balanço da execução do PAEMGF – 2011).

Atividade 2

Promover o empoderamento das mulheres imigrantes (sobretudo oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF/C) para combater as desigualdades e os estereótipos de género, nomeadamente através do estímulo ao associativismo e ao empreendedorismo.

No âmbito do Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), promovido pelo ACIDI, que visa fomentar o empreendedorismo junto da população imigrante, integrando cursos de apoio à criação de negócios e um concurso de ideias, cujos/as vencedores/as recebem um apoio financeiro para ajudar na criação da sua ideia de negócio, foram formadas 189 mulheres imigrantes.

A UMAR realizou 2 sessões intituladas “Empreendedorismo feminino e acesso ao Microcrédito”, nos dias 24/10 e 21/11 de 2012. No total, frequentaram estas ações 10 mulheres imigrantes. Esta iniciativa contou com a parceria do Centro Social Paroquial do Cristo Rei (Almada) e da Associação Nacional de Direito ao Crédito.

O IEFP encontra-se a analisar a forma como poderá executar esta medida nos seus Centros de Formação Profissional.

Atividade 3

Promover aconselhamento individual e apoio psicossocial.

Os materiais “Diga Não à Excisão” (folheto e cartaz) indicam várias linhas telefónicas de apoio, designadamente as Linhas de Emergência Social, Sexualidade em Linha, Saúde 24, SOS Imigrante e Serviço de Informação a

Vítimas de Violência Doméstica. Todavia, não foram reportados casos de atendimento referente a MGF.

Todas as entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial se encontram preparadas para promover e/ou encaminhar casos de MGF.

No âmbito do protocolo celebrado entre o ACIDI e a APAV para a criação da Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE), nesta unidade especializada de apoio à vítima imigrante e de discriminação racial e étnica, é disponibilizado aconselhamento individual e apoio psicossocial.

A UMAR articulou com a representante da DGS no Grupo de Trabalho, no sentido de procurar apoio médico, ao nível da obstetrícia, para uma mulher (mutilada), que se encontrava grávida. Este caso foi também apoiado pelo CPR – Conselho Português para os Refugiados.

Atividade 4

Orientar situações de MGF/C, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da Saúde, da Imigração, da Sexualidade e do combate à Violência, para os recursos disponibilizados para auxílio nesta área.

Como referido na Atividade 3 desta Medida, os materiais “Diga Não à Excisão” (folheto e cartaz), produzidos em 2012, indicam várias linhas telefónicas de apoio, designadamente as Linhas de Emergência Social, Sexualidade em Linha, Saúde 24, SOS Imigrante e Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica. Estas linhas estão disponíveis em permanência.

O ACIDI realizou uma nova ação de formação aos/às mediadoras/as, que fazem atendimento na Linha SOS Imigrante, com vista a responderem eficazmente a eventuais casos ou denúncias de casos de MGF.

A DGS elaborou um protocolo de atuação para atendimento sobre MGF na linha de saúde pública, acessível através da linha saúde 24, que veio a incluir o módulo “*Conduta e resposta em MGF*”, numa formação nacional com 4 horas de duração.

Atividade 5

Consolidar a estrutura de referênciação para eventuais casos de MGF/C (centralizada nos serviços de apoio específico para imigrantes).

Deu-se continuidade à estrutura de referênciação, criada pelo ACIDI, e que envolve a Linha SOS Imigrante, os Gabinetes de Apoio Jurídico ao Imigrante, o Gabinete de Saúde do CNAI de Lisboa e a UVIDRE, criada pela APAV, através de Protocolo com o ACIDI. Não foram sinalizados casos em 2012.

C) MEDIDA 3- FORMAR

Esta medida conta com um total de 5 atividades e durante o período em apreço uma atividade não teve execução, a saber, a *Atividade 3 - Criar um referencial de formação em MGF/C para as diferentes áreas de intervenção (educação, justiça, saúde, social/comunitária, cooperantes)*.

Atividade 1

Elaborar um protocolo de atuação com orientações técnicas na área da saúde.

Em 2012, deu-se pleno cumprimento a esta Atividade. A *Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina* foi apresentada no dia 6 de Fevereiro de 2012, por ocasião do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, numa cerimónia pública no Hospital Garcia de Orta, em Almada, e disponibilizada a todos os profissionais de saúde do SNS no mesmo dia.

Trata-se de um protocolo de atuação médica (*Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina nº 005/2012, 06/02/2012*), que consiste num conjunto de orientações à prática dos profissionais de saúde sobre esta matéria. Estas orientações foram elaboradas por um grupo de trabalho, que contou com a participação da Federação das Sociedades Portuguesas de Ginecologia e Obstetrícia, Sociedade Portuguesa de Pediatria, Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral e Familiar, Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras, Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, Ordem dos Psicólogos, Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica. Este instrumento, para além de fornecer elementos necessários à atuação médica, disponibiliza ainda indicações sobre os procedimentos a tomar no que respeita à referenciação dos casos, bem como à aplicação de planos de intervenção e

apoio às famílias. Todas as Unidades do SNS deverão seguir a Orientação da DGS.

A DGS procedeu ainda à inclusão do instrumento de avaliação de risco e a supracitada Orientação no Plano da Vigilância em Saúde Infantil, com o objetivo de capacitar os profissionais para a avaliação de crianças em risco.

Atividade 2

Disseminar o manual “Mutilação Genital Feminina – Integração da Prevenção e do Tratamento no Curricula de Profissionais de Saúde (OMS/APF)”.

Ainda no sentido de aprofundar as possibilidades de uma intervenção mais consistente junto dos profissionais de saúde sobre o tema da MGF, procedeu-se ao reforço da disseminação do Manual de Formação "Mutilação Genital Feminina - Integração da Prevenção e do Tratamento nos Curricula de Profissionais de Saúde", manual da Organização Mundial de Saúde, cuja edição (adaptada) em português foi da responsabilidade da APF, com o apoio do UNFPA e IPAD, produzido durante a vigência do I Programa de Ação. Procedeu-se à distribuição do manual nas ARS e na Linha da Saúde Pública. Este material encontra-se disponível nas páginas da grande maioria das entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre a MGF, sendo possível a sua impressão.

Atividade 4

Promover a inclusão do tema da MGF/C nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.

A introdução do tema da MGF nos referenciais de educação foi proposta pela CIG ao Ministério da Educação, aguardando-se desenvolvimentos.

Atividade 5

Realizar ações de formação para:

5.1. Profissionais de saúde, incluindo a criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação.

A APF iniciou em 2012 a conceção de um curso, intitulado “Curso de Auto formação em *e-learning* – Unidos pelo Fim da MGF: para profissionais de saúde e Asilo”, um projeto financiado pela Campanha END FGM, encontrando-se em fase de revisão final do mesmo e de estabelecimento de parcerias nacionais para a sua implementação. Será apresentado no 1º Semestre de 2013.

Como referido na Atividade 6 da Medida 1, a DGS e a APF desenvolveram um trabalho de apoio à Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias (ESEFM), com vista à realização e implementação de uma pós graduação em MGF (cerca de 73 horas), desejavelmente, em Abril de 2012. Não tendo sido possível efetivá-la, pelas razões já referidas, têm vindo a ser envidados esforços no sentido de esta poder vir a concretizar-se em 2013, na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, em moldes semelhantes, encontrando-se atualmente em preparação.

5.2. Realizar ações de formação para: Profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR), técnicos dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes e agentes de cooperação.

O curso de formação referido na Atividade anterior (5.1), a ser concebido pela APF, inscreve-se também nesta Atividade, porquanto se dirige igualmente a profissionais de asilo. A APF desenvolveu contatos no sentido de estabelecer uma parceria com o CPR.

A CIG dinamizou, em 2012, 5 ações de formação dirigidas aos/às técnicos/as dos centros de apoio e integração de imigrantes, nacionais e locais (CNAI e CLAI) do ACIDI. Contabilizaram-se 69 participantes, técnicos/as e

mediadores/as dos CNAI e CLAII das zonas Norte, Centro e Sul do país. As ações tiveram lugar em Lisboa, Porto e Faro. Esta iniciativa intitulou-se “Igualdade de Género e Violência de Género” e incluiu um módulo específico sobre MGF.

Estão previstas mais ações em 2013, de modo a abranger o maior número possível de técnicos da rede nacional de CLAII (vide calendário das ações de formação em Anexo).

Nesta Atividade inscreve-se ainda o *follow-up* da formação dos mediadores e das mediadoras, que integram a Linha SOS Imigrante e técnicos/as da UVIDRE, que teve lugar nos dias 27 e 28 de Junho (11 formandos/as).

Contrariamente ao que tem vindo a ocorrer em anos anteriores, em 2012, não se realizaram ações de formação sobre MGF junto de agentes de cooperação (professores), colocados na Guiné-Bissau, no âmbito do Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau. Esta atividade não foi cumprida, já que, na sequência do Golpe de Estado ocorrido em Abril de 2012, a Cooperação foi reduzida ao mínimo, pelo que não se formaram agentes de cooperação no domínio da Educação. A execução desta intervenção incumbe ao Camões - ICL.

Atividade 5.3 - Realizar ações de formação para: Docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores da área temática da educação para a saúde.

No âmbito de uma parceria existente entre o IEFP e a APF, no Projeto “Melhores Escolhas, Melhor Saúde”, foram concebidos dois instrumentos de formação, a ser fornecidos aos profissionais da Formação: Programa de Educação Sexual (para formadores) e Kit pedagógico. Nestes dois instrumentos constam informação e conteúdos programáticos sobre MGF, que os profissionais de formação poderão utilizar, quando ministrarem ações de formação, no âmbito das diferentes modalidades, onde seja possível desenvolver esta temática.

Atividade 5.4 - Magistratura e Órgãos de Polícia Criminal (OPC)

A EPJ realizou, a 28 de Maio de 2012, uma Conferência (de carácter formativo) sobre Mutilação Genital Feminina, destinada a Órgãos de Polícia Criminal, Magistrados, Comissões de Proteção de Menores e outras entidades. Este evento constituiu a primeira iniciativa, levada a cabo no âmbito do Programa de Ação, dirigida aos operadores do Sistema de Justiça Penal (Magistrados e Órgãos de Polícia Criminal), que, no exercício das suas funções, se venham a deparar com casos de MGF. Nessa ocasião, foi apresentado e disponibilizado o *Guia de Procedimentos para órgãos de Polícia Criminal sobre MGF*, referido na Atividade 3 da Medida 1. Dirige-se a agentes da PJ, PSP e GNR e fornece orientações sobre como os agentes deverão proceder perante uma vítima ou uma potencial vítima de MGF. O evento contou com a presença de 120 participantes, fundamentalmente Magistrados, elementos da Polícia Judiciária, da GNR, da PSP, da Polícia Judiciária Militar, da Polícia Marítima e do SEF, e uma participação ativa na reflexão sobre a temática por representantes da CIG, ACIDI, DGS, CEJ e CNPCJR.

Atividade 5.5 - Profissionais de Comunicação Social/ média.

A CIG realizou, nos dias 11 e 13 de Dezembro de 2012 em parceria com o CENJOR, uma ação de formação sobre violência de género, destinada a jornalistas, equiparados a jornalistas (que exerçam a sua profissão num Órgão de Comunicação Social, ou como *freelancer*), colaboradores da Comunicação Social e estudantes de Jornalismo/Comunicação Social. O programa formativo incluiu a temática da MGF.

Atividade 5.6 - Equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da Saúde, da Imigração, da Sexualidade e do combate à Violência, assim como das Casas de Abrigo.

Os mediadores e as mediadoras (11) que fazem atendimento na Linha SOS Imigrante, tiveram formação sobre a temática da MGF, para poderem

responder a eventuais casos ou denúncias de casos de MGF, nos dias 27 e 28 de Junho.

D) MEDIDA 4 – CONHECER E INVESTIGAR

De entre o conjunto das 5 atividades previstas nesta Medida, foram relatadas ações que contribuíram para a execução de 4. A Atividade 3 - *Realizar um Seminário Euro-África para a divulgação de boas práticas dos vários programas de eliminação e de abandono da MGF/C*, não teve execução.

Atividade 1

Aprofundar o conhecimento da MGF/C

Inscreve-se nesta Atividade a participação da representante da DGS no “Estudo Europeu de Mapeamento da MGF nos 27 Países da EU e Croácia”, centralizado pelo EIGE. Essa participação consistiu em entrevistas sobre atividades de saúde, no âmbito do PAEMGF e na revisão do documento preliminar do mesmo estudo, no que concerne designadamente à situação em Portugal.

Ainda na sequência dessa participação, foi proposta, em reunião de trabalho do EIGE, a introdução de Portugal como “case-study” na 2ª fase do Estudo Europeu em causa, o que veio a suceder. Com efeito, no dia 13 de Setembro, teve lugar em Londres, uma reunião do Instituto Europeu de Igualdade de Género (EIGE) sobre Mutilação Genital Feminina, na qual participou a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, tendo como finalidade a apresentação de uma Boa Prática selecionada pela supra aludida entidade. O Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF foi apresentado como a Boa Prática de Portugal, tendo a SEAPI na dita reunião explicitado a origem, a função e o *modus operandi* do mesmo.

Atividade 2

Promover a realização de um estudo sobre MGF/C em Portugal através de um protocolo estabelecido entre a CIG e a FCT.

Em Dezembro de 2012, iniciaram-se os procedimentos necessários, junto da FCT - Fundação da Ciência e Tecnologia, com vista à abertura de concurso para a produção de um estudo de prevalência da MGF em Portugal.

Atividade 4

Promover a introdução faseada dos indicadores de monitorização de nº de casos de MGF/C em meninas, raparigas e mulheres em idade fértil.

A DGS introduziu um módulo na Plataforma de Dados em Saúde (PDS), nos cuidados de saúde primários e hospitalares. Este módulo irá permitir a sinalização de todas as recém-nascidas, crianças e jovens, sempre que se identifique o risco de MGF, dado que permite o registo *online* dos casos identificados na prática clínica, em todos os atos médicos. A sinalização através da PDS está prevista na supracitada *Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina*, em vigor desde Fevereiro de 2012, e dirigida a todos os profissionais de saúde do SNS.

Atividade 5

Disponibilizar informação on-line e hiperligações sobre MGF/C.

Todas as entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial têm mantido e atualizado informação/documentação sobre MGF nas suas páginas *web*.

Como já referido, em 2012, criou-se, no site da DGAI e na *Intranet* do MAI, uma página temática sobre MGF, na qual são divulgados textos e informação nacional e em língua estrangeira sobre o fenómeno e sua prevenção, que venham a ser úteis aos organismos e serviços do MAI.

E) MEDIDA 5 – ADVOGAR

Todas as 6 atividades inscritas nesta Medida foram executadas.

Atividade 1

Realizar Seminários sobre a MGF/C.

Destaca-se nesta Atividade o evento organizado pela CIG com o objetivo de assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (6 de Fevereiro), no Hospital Garcia da Orta em Almada. Este evento contou com a presença e participação ativa da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e teve como principal objetivo abordar a problemática da MGF sob o ponto de vista da saúde, dirigindo-se fundamentalmente aos seus profissionais, designadamente médicos/as e enfermeiros/as. Nele foram apresentados os já referidos novos materiais de informação e sensibilização, cartaz e folheto “Diga Não à Excisão”, para afixação e distribuição nos equipamentos de saúde, bem como a *Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina (nº 005/2012, 06/02/2012)*, elaborada pela DGS e que consiste num conjunto de orientações à prática dos profissionais de saúde sobre esta matéria. Estiveram presentes aproximadamente 100 pessoas.

A Conferência a que se aludiu na Medida 3 – Atividade 5.3 (Formar/Magistratura e Órgãos de Polícia Criminal) inscreve-se também na presente Atividade, porquanto permitiu aprofundar a discussão e articular boas práticas na identificação e investigação criminal da mutilação genital feminina.

Atividade 2

Desenvolver estratégias e mecanismos de comunicação e advocacy junto de Organizações Nacionais, Europeias e Internacionais, nomeadamente aquelas com assento nos países onde a MGF/C se pratica.

No cumprimento desta Atividade, a UMAR reportou a sua participação na Conferência “On Combating Domestic Violence Against Women in EU” (promovida pela Comissão Europeia e pela Presidência da República do Chipre), em particular no painel intitulado “Protecting Victims of Domestic Violence: Existing Support and Protection Measures in the EU”, do qual constava a intervenção de Cristiana Scoppa (AIDOS) “Specialized support services for victims/survivors of female genital mutilation”. A CIG fez-se igualmente representar nesta conferência.

O diálogo entre a representante da UMAR e da AIDOS resultou na partilha de informações e boas-práticas entre as duas ONG, de forma a potenciar futuras colaborações e parcerias.

A inclusão de Portugal como “case-study” no “Estudo Europeu de Mapeamento da MGF nos 27 Países da EU e Croácia”, a que atrás se fez referência (Atividade 1 da medida 4), e que implicou a participação direta da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade em evento específico para apresentação do Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF, enquanto “boa prática”, configura igualmente uma intervenção de *advocacy*.

Atividade 3

Reforçar a manutenção dos acordos de cooperação bi e multilaterais que visam a promoção da entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua esteve particularmente envolvido num projeto, intitulado “Bambaram di Mindjer – qualificação das mulheres e profissionalização da Educação de infância”, na Guiné- Bissau/

Sector Autónomo de Bissau e região de Biombo. Este projeto decorreu entre 2009 e 2012 e propôs-se concorrer para alguns dos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – ONU), tendo em vista a esfera de intervenção do PAEMGF, designadamente o ODM 2 – Atingir o ensino primário universal, Metas 2 e 3 - Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário; o ODM 3 – Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres, bem como a Meta 4 – Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Este projeto teve como objetivo específico melhorar o funcionamento e qualidade do serviço prestado pelos jardins-de-infância acompanhados, com vista à proteção e preparação das crianças, principalmente as do sexo feminino, guineenses, para o ensino básico. Foram abrangidas 1542 crianças nos jardins-de-infância, de entre as quais 846 meninas.

Desde Abril de 2012, as intervenções de *advocacy* na Guiné-Bissau encontram-se em certa medida condicionadas pela situação vivida neste país.

Atividade 4

Incentivar e fomentar o debate, a troca de experiências, a formação e a informação entre ONG Portuguesas e as de outros países.

A APF continuou, durante o ano de 2012, o trabalho de ligação com a ONG *Comité Nacional para o Fim das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança* e outras entidades na Guiné-Bissau.

Durante o 1º semestre de 2012, mantiveram-se e criaram-se parcerias entre ONGD portuguesas e ONGD da Guiné-Bissau (10 parcerias durante o 2º semestre de 2012), promovidas pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Atividade 5

Promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de projetos e ações de formação/sensibilização sobre Direitos Humanos, Direitos das Crianças, Saúde

Materno-infantil, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas.

Com o objetivo de dar cumprimento a esta Atividade, a DGS introduziu o tema da MGF em todas as intervenções informativas/ formativas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, tendo destacado como mais significativas, as ações promovidas nas ARS; Administração Regional de Saúde do Alentejo e Algarve em Novembro e Dezembro de 2012 sobre contraceção de longa duração, bem como o Encontro “Melhores Escolas – Melhor Saúde” organizado pelo IEFP, no 1º trimestre de 2012, subordinado ao tema da pré-conceção.

Atividade 6

Incentivar o debate e a informação relativa ao estatuto de Asilo / Refugiada para mulheres e meninas em risco de MGF/C, de acordo com os instrumentos internacionais que Portugal subscreve e a que se obriga, no contexto europeu.

Contribuiu para o objetivo exposto nesta Atividade o *Curso de Auto formação em e-learning – Unidos pelo Fim da MGF: para profissionais de saúde e Asilo (projeto apoiado pela Campanha END FGM)*. A APF encontra-se a constituir parceria com o Conselho Português para os Refugiados, com vista à sua implementação.

IV - Conclusões

Em 2011, o II PAEMGF teve uma execução de 46,6%.

O número de atividades reportadas em 2011 não foi significativo, o que se terá devido à relativa desmobilização do grupo de trabalho, logo após o lançamento do II Programa de Ação, em Fevereiro de 2011, e até à designação da CIG como entidade coordenadora do referido Programa, pela atual Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Quadro com ponto da situação da execução das medidas do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011)

Medidas	N.º de atividades	N.º de atividades executadas em 2011	Percentagem de atividades executadas em 2011
1 – Sensibilizar e Prevenir	9	6	66,6%
2 - Apoiar e Integrar	5	0	0%
3 - Formar	5	4	80%
4- Conhecer e Investigar	5	1	20%
5- Advogar	6	3	50%
TOTAL	30	14	46,6%

Quadro com ponto da situação da execução das medidas do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2012)

Medidas	N.º de atividades	N.º de atividades executadas em 2012	Percentagem de atividades executadas em 2012
1 – Sensibilizar e Prevenir	9	9	100%
2 - Apoiar e Integrar	5	5	100%
3 - Formar	5	4	80%
4- Conhecer e Investigar	5	4	80%
5- Advogar	6	6	100%
TOTAL	30	28	93,3%

O II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina teve em 2012 uma execução de 93,3%.

Acresce o facto de, em 2012, se terem desenvolvido ações, que permitiram a execução de Atividades que constavam no I PAEMGF e que nunca haviam conhecido realização ou realização substancial.

Destacam-se sumariamente, a este nível, a elaboração da “Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina”, dirigida a todos/as os/as profissionais de saúde do SNS, as orientações disponibilizadas aos OPC pelo “Manual de procedimentos para órgãos de Polícia Criminal”, o envolvimento das associações de imigrantes no combate à MGF, por via da atribuição do prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro” e pelos apoios técnicos e financeiros disponibilizados, a produção de um cartaz informativo, dirigido às comunidades em risco e para afixação nos equipamentos de saúde, a criação de uma rede de jovens estudantes provenientes de países onde a MGF se pratica, temporariamente residentes em Portugal, e o envolvimento da CNPCJR nos trabalhos do Grupo de Trabalho Intersectorial, entre outros.

O dinamismo demonstrado pelo Grupo de Trabalho Intersectorial faz prever que o nível de execução alcançado em 2012 se mantenha no último ano de vigência do II Programa de Ação para a Eliminação da MGF.

ANEXOS

Anexo I

Calendário de reuniões entre CIG/ACIDI e Associações de Imigrantes, no âmbito da Medida 1/Atividade 1 do II PAEMGF.

Data (2012)	Local	Presenças
29 de Maio	ACIDI	SEAPI; CIG; ACIDI; Guineaspora; Aguinenso; Associação de Estudantes Africanos e das Comunidades; Associação dos Africanos do Concelho de VFX; Centro Português de Estudos Árabe e Pulaar e Cultura Islâmica; Mulher Migrante; Associação Balodiren; ANDRP; Associação Unida Cultural da Quinta do Mocho; Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins.
11 de Junho	ACIDI	CIG; ACIDI; Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins; Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal; Associação Balodiren; Comunitária; Centro Português de Estudos Árabe e Pulaar e Cultura Islâmica.
21 de Junho	CIG	CIG; Associação Balodiren.
22 de Junho	Centro Português de Estudos Árabe e Pulaar e Cultura Islâmica	CIG; ACIDI; Centro Português de Estudos Árabe e Pulaar e Cultura Islâmica.
3 de Julho	Associação FRATIA	ACIDI; Associação FRATIA
9 de Julho	Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins	CIG; ACIDI; Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins.
10 de Julho	CIG	CIG; a Associação Cabo-Verdiana de Lisboa
11 de Julho	CIG	CIG; Associação de Apoio ao Estudante Africano; Associação de Mulheres de S. Tomé; Associação Unidos de Cabo Verde.
12 de Julho	ACIDI	ACIDI; Guineáspora
12 de Julho	AJPAS - Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável.	ACIDI; AJPAS - Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável.

Anexo II

Calendário das ações de formação promovidas pela CIG, dirigidas a técnicos/as dos CNAI - Centros Nacionais de Apoio à Integração de Imigrantes e CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (ACIDI), no âmbito da Medida 3/Atividade 5.2.

Data (2012)	Local	Presenças
25, 26 e 27 de Janeiro	Lisboa	18 formandos/as (14 técnicos/as dos CLAII e 4 mediadores/as do CNAI) - CLAII da Região da Grande Lisboa Este, Oeste e Margem Sul.
17, 22 e 29 de Maio	Porto	21 formandos (17 técnicos dos CLAII e 4 técnicos do CNAI do Porto) - CLAII da Região do Norte Litoral, Centro Norte e Centro Interior.
29 de Junho, 3 e 6 de Julho	Lisboa	11 Formandos
18, 25 de Setembro e 4 de Outubro	Porto	8 formandos (3 – técnicos dos CLAII e 5 mediadores do CNAI do Porto).
22 de Novembro, 7 e 13 de Dezembro	Faro	11 participantes, dos quais 8 técnicos do CLAII e 3 Mediadores CNAI – CLAII da região do Algarve.

Anexo III

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
AIDOS – Associazione Italiana Donne per lo Sviluppo
AI Portugal – Amnistia Internacional, Portugal
APF - Associação para o Planeamento da Família
ARS – Administração Regional de Saúde
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Camões ICL – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CEJ – Centro de Estudos Judiciários
CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CNAI - Centro Nacional de Apoio à Integração de Imigrantes
CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
DGAI – Direção Geral da Administração Interna
DGE - Direção-Geral da Educação
DGPJ - Direção-Geral da Polícia Judiciária
DGS - Direção-Geral da Saúde
EPJ - Escola da Polícia Judiciária
GNR – Guarda Nacional Republicana
IAC – Instituto de Apoio à Criança
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
MAI – Ministério da Administração Interna
MGF/C – Mutilação Genital Feminina/ Corte
ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
OPC – Órgão de Polícia Criminal
PAII – Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante
PAEMGF – Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina
PPT – Programa Portugal para Todos
PJ – Polícia Judiciária
PSP – Polícia de Segurança Pública
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
SNS – Serviço Nacional de Saúde
UAVIDRE - Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica
UMAR - União das Mulheres Alternativa e Resposta
UNFPA - United Nations Population Fund